

UMA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA CONTA? O CASO DO PLEBISCITO SOBRE A REFORMA POLÍTICA EM MEIO AOS PROTESTOS DE 2013

Wladimir G. Gramacho
Universidade de Brasília
✉ wggramacho@gmail.com

Resumo: *Este artigo apresenta um relato do contexto e das características de um survey telefônico sobre a reforma política feita pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em meio aos protestos de 2013. O episódio serve como referencial na discussão sobre a relevância que os estudos de opinião pública podem ter para informar e orientar as decisões governamentais. O relato sugere que as pesquisas tiveram um papel apenas informativo naquele caso.*

Palavras-chave: *Pesquisa de Opinião Pública; Pesquisa Governamental; Manifestações de 2013; Reforma Política.*

Abstract: *This paper presents a narrative of the context and characteristics of a telephone survey on political reform made by the Secretariat of Social Communication of the Presidency amid the protests of 2013. The episode serves as a reference in the discussion of the relevance of public opinion studies may have to inform and guide government decisions. The report suggests that the research had an informative role only in that case.*

Keywords: *Public Opinion Research; Search Governmental; 2013 events; Political Reform.*

A Presidente Dilma Rousseff, os 27 governadores e os prefeitos das 26 capitais de Estado no Brasil reuniram-se no Palácio do Planalto no dia 24 de junho de 2013. O encontro de urgência das maiores autoridades executivas do país, já na manhã de uma segunda-feira, pretendia dar resposta a milhões de brasileiros que haviam saído às ruas nos dias anteriores para protestar contra praticamente tudo, e responder aos demais cidadãos que não marcharam em manifestações, mas apoiavam majoritariamente os atos.

WLADIMIR G. GRAMACHO
UMA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA CONTA? O CASO DO PLEBISCITO SOBRE A REFORMA
POLÍTICA EM MEIO AOS PROTESTOS DE 2013

Em seu pronunciamento durante o encontro com governadores e prefeitos, a Presidente Dilma sugeriu pactos nacionais sobre cinco temas: responsabilidade fiscal, saúde, transporte, educação e reforma política. Sobre este último, propôs - com alguma dose de improviso - a realização de um plebiscito para que o eleitorado decidisse a respeito da convocação de uma constituinte exclusiva, que reformasse o sistema político brasileiro. Sob críticas, a proposta do governo foi tomando novas formas.

Oito dias depois, chegava ao Congresso Nacional a mensagem presidencial ratificando a sugestão de convocação de plebiscito, mas agora dirigido a conhecer as preferências dos brasileiros sobre cinco aspectos de seu sistema político: a natureza do financiamento de campanhas (público ou privado), o sistema eleitoral vigente para a eleição do Legislativo (voto proporcional ou distrital), a suplência para senador (extinção ou manutenção), a existência de votações secretas no Congresso Nacional para decisões extraordinárias (extinção ou manutenção) e a permissão para que os partidos firmem coligações eleitorais (extinção ou manutenção).

Este artigo descreve um dos diversos insumos que a Presidente Dilma Rousseff recebeu ao longo desses oito dias de elaboração da mensagem presidencial. Entre reuniões com políticos e assessores, ela consultou os resultados de uma pesquisa de opinião pública realizada no dia 29 de junho pelo Ibope, sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom)¹.

Sabia-se que os brasileiros eram amplamente favoráveis a uma reforma política². O que se ignorava era o possível resultado de uma reforma política feita por plebiscito sobre temas tão complexos. Surgiria um sistema melhor ou pior que o atual? Haveria

¹ Dias antes, o órgão havia concluído a etapa de organização de uma área especializada em estudos de opinião pública e a contratação de institutos de pesquisa. Um relato mais detalhado sobre esse trabalho pode ser encontrado em Gramacho (2014).

² Pesquisa do Instituto Datafolha havia revelado um enorme apoio popular à convocação do plebiscito. Entre os 4717 brasileiros entrevistados nos dias 27 e 28 de junho de 2013, logo após o pronunciamento presidencial, 73% disseram ser favoráveis à ideia, revelando alto interesse da sociedade brasileira em decidir sobre a reforma de seu sistema político.

coerência nas alterações sugeridas? Que grau de consenso haveria sobre os pontos de uma possível reforma?

Para esclarecer essas questões, a Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da Secom encomendou um *survey* telefônico com 600 pessoas em todo o país³. Os resultados foram surpreendentemente coerentes. Revelaram uma marcada preferência por um sistema político mais simples, em que a imputação de responsabilidades seja mais clara (POWEL; WHITTEN, 1993).

Dentre as dez questões e dilemas da reforma política levados ao questionário, o que revelou maior grau de consenso foi o que interrogava os brasileiros sobre sua posição em relação à redução do número de partidos no país: 73% dos entrevistados opinaram pela diminuição do número de legendas. O desejo tem clara consonância com a opinião de pesquisadores e especialistas dedicados ao tema (AMORIM et al., 2011) e manifestava então grande incômodo com um aspecto que faz do sistema partidário brasileiro um dos mais fragmentados do mundo.

Ainda que não sejam profundos conhecedores dos mecanismos institucionais que poderiam reduzir o número de partidos no País, os entrevistados manifestaram preferências que levariam o sistema brasileiro nessa direção. Coerentemente, 65% deles opinaram pela adoção do voto distrital, em lugar da manutenção do sistema de representatividade proporcional. Ainda que seja polêmica a adoção de uma mudança tão radical no sistema eleitoral brasileiro e que vários especialistas recomendem a introdução de ajustes graduais (AMORIM et al., 2011; SOARES; RENNÓ, 2006), o sistema distrital provavelmente produziria maior clareza de responsabilidades e tenderia a reduzir o número de partidos com representação no Congresso Nacional.

³ O relatório de pesquisa e o banco de dados podem ser solicitados por meio de correspondência endereçada a fale.secom@presidencia.gov.br.

Os entrevistados também opinaram ainda pelo fim das coligações partidárias (50%) e pela extinção do cargo de suplente de Senador (62%), medidas estas que tenderiam a reduzir o número de partidos em funcionamento no País. Preferir um número menor de partidos, contudo, não implica desejar que a cúpula de cada legenda tenha mais poder do que tem atualmente. Quase dois terços (65%) disseram desejar que os votos continuassem sendo dados ao candidato a deputado federal e não ao seu partido político. Ou seja, os eleitores preferiam continuar votando em candidatos a deputado federal (por extensão, a deputado estadual e vereador também) em lugar de dar seus votos a partidos políticos e deixar que estes escolham a ordem dos candidatos. O vínculo direto com o político era mais desejável entre os ouvidos que o laço com os partidos.

O questionário também incluiu três outras questões, sem relação com o número de partidos com representação no País. Muito antes dos Poderes Judiciário e Legislativo demonstrarem inclinação para proibir as doações de empresas a campanhas eleitorais, os brasileiros entrevistados já manifestavam rejeição às doações corporativas. Preferiam que as empresas fossem proibidas de fazer doações a campanhas eleitorais (54%), mas sugeriram que os gastos fossem financiados majoritariamente com recursos privados (43%) – do candidato ou de indivíduos. Finalmente, após reconquistarem o direito ao voto com a Constituição de 1988, os brasileiros parecem preferir que o ato seja, de fato, um direito e não um dever: 59% opinaram pelo fim do voto obrigatório⁴. As preferências do conjunto dos brasileiros eram notavelmente estáveis quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados ou ao seu nível de informação sobre a reforma política.

O Gabinete da Presidente da República recebeu um relatório analítico sobre o *survey* na manhã do dia 30, domingo, a tempo de estudá-lo e incorporá-lo à

⁴ Pesquisa do Instituto Datafolha realizada nos dias 7 e 8 de maio de 2014 com 2.844 entrevistas – representativas da população brasileira com 16 anos ou mais de idade – ratificou essa informação ao identificar que 61% da amostra posicionavam-se contra o voto obrigatório.

mensagem que seguiria para o Congresso dias depois. Impossível assegurar que o estudo foi determinante para a seleção dos cinco temas sugeridos como tópicos de consulta do plebiscito. Mas o relatório provavelmente foi um insumo importante na decisão, dada a presença de temas como o fim da suplência do cargo de senador, a decisão sobre os sistemas majoritário e proporcional e o fim das coligações partidárias. Certamente outras razões e argumentos levaram a Presidente a incluir o tema do voto secreto no Legislativo e a insistir na consulta sobre a possibilidade de financiamento público de campanhas eleitorais.

Afinal, a disputa pelo "ouvido da rainha", em que diferentes atores buscam persuadir a (o) chefe de governo e chamar sua atenção para riscos e oportunidades de representação legítima de interesses sociais, é normalmente travada entre três tipos de auxiliares que a (o) ajudam a interpretar o humor dos cidadãos. O primeiro deles, inclusive em termos cronológicos, é "o associativista", para quem a realidade relevante é aquela descrita privadamente por grupos de interesse, sejam entidades de classe, empresas, sindicatos ou movimentos sociais. O segundo é "o jornalista", para quem a realidade relevante é aquela retratada publicamente pelos veículos de comunicação. Finalmente, para "o pesquisador", a realidade relevante é aquela que emerge de dados coletados com método, sejam quantitativos ou qualitativos. O pesquisador é apenas o mais recente deles.

Referências

- AMORIM NETO, Octavio; CORTEZ, Bruno Freitas; PESSOA, Samuel de Abreu. Redesenhando o Mapa Eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental. *Opinião Pública*, v.17, n.1 [cited 2014-05-02], p. 45-75, 2011.
- GRAMACHO, W. A pesquisa governamental de opinião pública: razões, limites e a experiência recente no Brasil. *Revista do Serviço Público - ENAP*, v. 65, p. 49-64, 2014.
- POWELL, G. Bingham, Jr.; WHITTEN, Guy D. A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. *American Journal of Political Science*, v.37, n.2, p. 391-414, 1993.
- SECOM, *Pesquisa Telefônica Flash – Reforma Política*. 2013. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/pesquisa/relatorio-final-da-pesquisa-telefonica-flash-reforma-politica-29-jun-13.pdf>>
- SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lucio R. (Org.) Projetos de reforma política na Câmara dos Deputados. Em: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lucio R. *Reforma Política: Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 9-20, 2006.